

1 **ATA DA 39ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVI PLENÁRIO**
2 **REALIZADA EM 30/01/2021.**
3

4 Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, com início às 09h, realizou-se,
5 online, a 39ª Plenária do XVI Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região
6 (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos:** Anderson Nazareno Matos;
7 Carolina de Siqueira Coutinho; Cláudia Aline Carvalho Espósito; Evely Najjar Capdeville;
8 Fabrício Júnio Rocha Ribeiro; Lourdes Aparecida Machado; Paula Lins Khoury; Reinaldo
9 da Silva Júnior; Renata Ferreira Jardim de Miranda; Rita de Cássia de Araújo Almeida;
10 Suellen Ananda Fraga e Ted Evangelista Nobre e os **Conselheiros Suplentes:** Bruna
11 Rocha Diniz de Almeida; Cristiane Santos de Souza Nogueira; Elza Maria Gonçalves
12 Lobosque; João Henrique Borges Bento; Liliane Cristina Martins; Luís Henrique de Souza
13 Cunha e Rodrigo Padrini Monteiro. **Quórum de Conselheiros Efetivos:** Foi verificado o
14 quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 12, tendo o Plenário
15 elevado à condição de Conselheiras(os) efetivas(os) Cristiane Santos de Souza Nogueira;
16 Liliane Cristina Martins e João Henrique Borges Bento. **Justificativas de ausência:** Camila
17 Bahia Leite; Jéssica Gabriella de Souza Isabel; Larissa Amorim Borges; Luiz Felipe Viana
18 Cardoso; Maria de Lourdes Guimarães de Almeida Barros; Marleide Marques de Castro;
19 Thiago Ribeiro de Freitas; Walter Melo Júnior e Yghor Queiroz Gomes justificaram
20 ausência. **Assuntos tratados:** COE: A Conselheira Rita Almeida apresentou os seguintes
21 pontos de pauta: Informe sobre Resolução CFP Nº 036/2020: O Assessor Jurídico Luiz
22 Henrique informou que o CFP conseguiu aprovar a normatização para sessão de
23 julgamentos éticos virtuais. A proposta do CFP foi de realização virtual da mesma forma
24 que é utilizada no rito presencial. Relatou que no dia 29/02 foi realizada reunião com o
25 Gerente de Tecnologia da Informação Rodrigo Ramos para tratar das ferramentas
26 disponíveis pelo CRP-MG. Sugeriu a utilização do Zoom, para comprovação da presença
27 das partes. Inicialmente pretende fazer um julgamento e uma audiência simulados, antes
28 de convocar as partes. Explicou que caso a parte não se sinta a vontade poderão ser
29 prorrogados os prazos. Quando a parte for convocada será informada a ela sobre o sigilo.
30 O Assessor Jurídico Luiz Henrique elucidou que no julgamento as câmeras das(os)
31 Conselheiras(os) deverão estar ligadas durante todo o julgamento. Nos primeiros
32 julgamentos contará com a presença de funcionário do TI para acompanhamento. A
33 Conselheira Lourdes Machado perguntou se pode existir questionamento posterior,
34 pedindo a nulidade do julgamento, por quebra de sigilo. O Assessor Jurídico Luiz Henrique
35 explicou que é perguntado à parte se está confortável com a realização do julgamento de
36 forma virtual. Caso não tenha equipamento necessário ou ocorra qualquer perda de
37 conexão no decorrer da sessão, esta é cancelada ou interrompida. As chances de
38 questionamento sempre podem existir, mas com o vídeo sendo gravado e todo o rito sendo
39 cumprido, reduz-se esta possibilidade. A Conselheira Elza Lobosque perguntou se seria
40 possível ser elaborada uma carta de conhecimento livre e esclarecido com a assinatura
41 digital para evitar o argumento citado pela Conselheira Lourdes Machado. O Assessor
42 Jurídico Luiz Henrique argumentou que a carta só seria assinada posteriormente à
43 realização do rito, assim a parte poderia não querer assinar. A Conselheira Elza Lobosque
44 sugeriu que ocorra a assinatura da carta antes do processo, tanto pelas partes quanto
45 pelas(os) Conselheiras(os) que estarão presentes na sessão de julgamento. O Assessor
46 Jurídico alegou que a tecnologia utilizada pela parte pode ser um limitador para a aplicação
47 da assinatura digital que deverá ser pelo SEI ou por certificação digital. Explicou que a
48 intimação será enviada com o link e duas datas para realização do julgamento com a
49 instrução de qual o suporte ela precisa e o tempo de duração da sessão. A parte tem um
50 prazo de 5 dias para resposta. A Conselheira Elza Lobosque ressaltou que o sigilo deve ser
51 respeitado tanto pela parte quanto pelas(os) Conselheiras(os). A carta assinada daria uma
52 segurança a mais ao Conselho. A Conselheira Evely Capdeville reforçou a proposta da
53 Conselheira Elza Lobosque e citou que existe para o atendimento online uma carta de
54 aceite que não é assinado, mas marcado o aceite das condições estabelecidas. Sugeriu a

55 utilização de um documento semelhante para os julgamentos éticos. Informou que foram
56 reservadas 4 datas de Plenárias extraordinárias para realização de sessões de julgamento.
57 A Conselheira Paula Khoury sugeriu que seja realizado um julgamento por Reunião
58 Plenária. O Assessor Jurídico Luiz Henrique entende que os atos virtuais deverão ser mais
59 frequentes a partir deste momento. A Conselheira Rita Almeida perguntou se ocorrer de
60 cair a conexão de internet de uma(um) Conselheira(o). Como seria no caso do julgamento?
61 O número de pessoas mínimo deve ser respeitado? O Assessor Jurídico Luiz Henrique
62 explicou que no momento do julgamento deve ser alertado que a(o) Conselheira(o) saiu da
63 sessão e aguardar o retorno deste. Caso este não retorne o julgamento é suspenso. A
64 Conselheira Elza Lobosque sugeriu verificar previamente qual Conselheira(o) tem boa
65 conexão para participação do julgamento. A Conselheira Lourdes Machado perguntou o
66 que difere a Resolução do CRP em relação à do CFP? O Assessor Jurídico Luiz Henrique
67 elucidou que na Resolução do CRP é mais detalhada a questão da segurança e sigilo, as
68 informações constantes na intimação à parte e a possibilidade de cancelamento e
69 reagendamento posterior do julgamento por motivo de quebra de sigilo ou quando a
70 conexão cair. O Conselheiro Fabrício Ribeiro colocou que eventuais correções a partir da
71 experiência serão feitas pela COE e vê que a modalidade virtual veio para ficar. A
72 Conselheira Paula Khoury informou que será agendado um treinamento para assimilação
73 do julgamento ético virtual. Representação 031/2020: Apresentação de relatório com
74 proposta de arquivamento liminar da denúncia. O Plenário deliberou pelo arquivamento do
75 Processo Disciplinar Ético com 14 (quatorze) votos a favor. **Deliberação**: Dar ciência às
76 partes. COF: O Conselheiro Reinaldo Júnior apresentou os seguintes pontos de pauta: 1)
77 Questões sobre publicidade profissional para deliberação do Plenário do CRP-MG: O
78 Conselheiro Reinaldo Júnior informou que o material produzido pela COF sobre publicidade
79 profissional será enviado ao CFP. O CFP publicará uma Resolução a respeito do tema.
80 Ponderou que vem chegando várias demandas à COF relativo ao assunto. O material
81 elaborado pelo CRP será a referência para resposta à categoria. Neste sentido, solicitou a
82 aprovação do texto de referência pelo Plenário para posterior utilização na orientação
83 às(aos) profissionais pela COF. Fez a leitura do documento e colocou para discussão. O
84 Conselheiro Fabrício Ribeiro perguntou se existe alguma tabela de referência para ser
85 considerado valor social. O Conselheiro Reinaldo Júnior explicou que não existe nenhum
86 referencial de preço para considerar a consulta como valor social. Analisou que o maior
87 problema é como se utiliza do valor social, se for para angariar pacientes, fere a ética
88 profissional. Se tiver como objetivo facilitar o acesso a grupos vulneráveis não veria
89 problema. Em casos de convênios está implícito no contrato o desconto. O Conselheiro
90 Luiz Henrique indagou a terminologia utilizada “atendimento social”, que pode confundir a
91 categoria. Ponderou a necessidade de avaliação da manutenção ou não do preço cobrado
92 até o final do tratamento. A Conselheira Lourdes Machado explicou que o atendimento
93 social tem um número estipulado de sessões. Perguntou qual o tipo de controle o Conselho
94 teria disso? O Conselheiro Rodrigo Padrini indagou se a COF ou o CFP tem alguma
95 orientação quanto à publicidade de psicóloga(o) que ofereça preço mais acessível durante
96 6 meses e depois voltar ao valor normal da sessão? O Conselheiro Reinaldo Júnior
97 elucidou que a proposta é trabalhar as fiscalizações no caso a caso, tendo como referência
98 o atendimento social estar vinculado a algum projeto que o sustente ou o atendimento a um
99 grupo vulnerável, que não tenha acesso a psicóloga(o). Seguindo estas condições será
100 permitida a publicidade. Quando observar que o atendimento social está sendo utilizado
101 por escritório particular para angariar cliente, não será permitido. Ressaltou que a
102 psicologia é um serviço de saúde que não deve ser oferecido de forma mercadológica.
103 Indagou que a discussão é como apresentar o serviço de forma cuidadosa? A Resolução
104 vem no sentido de apontar o caminho. A Conselheira Liliane Martins informou que nas
105 comissões é discutido o valor social, com preços abaixo da tabela para atendimento a
106 público que não consegue pagar o valor previsto na tabela. A Conselheira Evely Capdeville
107 considerou o documento elaborado pela COF de 7 páginas bem elaborado e trata de
108 diversas questões importantes. Sugeriu aprimorar este material orientativo e disponibilizar

109 no site do CRP. Propôs continuar a discussão e as contribuições ao texto e retornar em
110 outra Plenária. A Conselheira Bruna Diniz concordou com a proposta da Conselheira Evely
111 Capdeville e ressaltou que o CRP não deve estipular o preço e sim garantir a qualidade do
112 atendimento. O Conselheiro Reinaldo Júnior reafirmou a necessidade de buscar um
113 indicativo mais pragmático para a categoria. Propôs dar um prazo até terça-feira
114 02/02/2021 para contribuição aos materiais enviados às(aos) Conselheiras(os).
115 **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 14 votos favoráveis o envio até terça-feira das
116 contribuições pelas(os) Conselheiras(os) ao material orientativo enviado pela COF. 2) Fluxo
117 de encaminhamento de denúncias para COF: O Conselheiro Reinaldo Júnior apresentou o
118 fluxo para encaminhamento de denúncias para a COF por Conselheiras(os) e
119 colaboradoras(es), tendo em vista o grande número de questionamentos e denúncias
120 recebidas pelo SOF - Setor de Orientação e Fiscalização. O intuito é qualificar a análise
121 dos casos recebidos e possíveis encaminhamentos. Para tanto é importante que sejam
122 observados o seguinte: Para orientação é necessário informar o nome completo, e-mail,
123 telefone ou número do CRP da(do) psicóloga(o) que solicita uma orientação. Para
124 denúncias deve seguir os seguintes passos: 1) informar o nome completo do(a)
125 psicólogo(a) denunciado e/ou número do CRP, e município/estado onde ocorreu o fato; 2)
126 a indicação do fato que está sendo denunciado ou a possível falta ética ou questão
127 relacionada ao exercício profissional da(o) psicóloga(o), e qual o motivo do
128 encaminhamento à COF e expectativa de ações; 3) indicar o nome completo do
129 denunciante (quando externo), município e contatos(e-mail e telefone); 4) identificação da
130 demanda quando advinda de colaboradores, conselheira(o)s, grupos de trabalho,
131 comissões e outros. O pedido de orientação ou denúncia deverá ser enviada aos e-mails
132 do setor de orientação da Sede e subsedes, para melhor entender e encaminhar as
133 demandas recebidas e/ou para o celular institucional da Gerente Técnica Flávia Santana.
134 3) Ofício Diretoria CRN-9 nº 285/2020: O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que o
135 Conselho Regional de Nutrição/CRN enviou Ofício referente à denúncia de exercício ilegal
136 da profissão de Nutrição por uma psicóloga. A COF verificou a situação e percebeu que a
137 profissional executa a função, porém não atua enquanto psicóloga, apesar de ser formada.
138 Desta forma não verificou nenhum exercício ilegal da psicologia. Foi enviada uma primeira
139 resposta ao CRN, porém foi reiterada a demanda em outro Ofício. Sugeriu o envio de um
140 segundo Ofício respondendo sobre o exercício ilegal da profissão de nutricionista. A
141 Conselheira Evely Capdeville ressaltou que em relação ao ensino da nutrição por
142 profissional da psicologia não há nenhuma vedação na conduta da psicóloga. O
143 Conselheiro Luis Henrique concordou com a Conselheira Evely Capdeville de que não há
144 nenhuma vinculação da psicologia na atuação da profissional em docência da nutrição.
145 **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou o encaminhamento proposto pela COF de envio de
146 Ofício ao CRN. 4) Sugestão de pautar na APAF proposta de cobrança de multa em virtude
147 de irregularidades constatadas nas visitas de fiscalização: O Conselheiro Reinaldo Júnior
148 informou que para aplicação de multas em virtude de irregularidades constatadas em
149 visitas de fiscalização é necessário um normativo federal regulamentando. Sugeriu ao
150 Plenário criar um instrumento que permita fiscalizar a instituição garantindo ao profissional
151 condições éticas ao exercício da profissão. Pela legislação atual não tem como punir as
152 instituições. A Conselheira Evely Capdeville propôs discutir com outros CRPs antes de se
153 pautar na APAF. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 10 votos favoráveis elaborar o
154 texto da proposta e pautar em APAF, após discussão com outros CRPs. 5) Fluxo de
155 notificação das IES referente à obrigatoriedade de inscrição no CRP-MG dos supervisores
156 de estágio: O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que todo ano é enviado Ofício às IES
157 relativo à obrigatoriedade de inscrição no CRP-MG dos supervisores de estágio. A
158 Conselheira Evely Capdeville sugeriu compartilhar com ela o texto do Ofício, enquanto
159 coordenadora da Comissão de Orientação em Psicologia e Formação Profissional, para
160 divulgação aos grupos de whatsapp com participação de coordenadores de curso da Sede
161 e Subsedes, bem como reforçar a importância da resposta ao Ofício. Sugeriu ainda que
162 quando as(os) Conselheiras(os) estiverem em eventos nas IES, apresentarem a

163 necessidade de supervisores de estágio se inscreverem no CRP-MG. CDH - Seminário
164 Metodológico do SER-DH: O Conselheiro Rodrigo Padrini informou que o CRP-MG firmou
165 parceria com a Sedese-MG aderindo ao Sistema Estadual de Redes em Direitos
166 Humanos/SER-DH. Uma das etapas da parceria é realizar o Seminário Metodológico do
167 Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos/SER-DH para capacitar às(aos)
168 empregadas(os) públicas(os) do CRP-MG, Coordenadoras(es) de Comissões e
169 Conselheiras(os). Foi pensado em um primeiro momento a sua realização em
170 Janeiro/2021, porém não foi possível. Apresentou proposta de realização em
171 Fevereiro/2021. A Conselheira Liliane Martins ressaltou que Janeiro seria uma data difícil
172 para acontecer o Seminário, por ser período de férias. Explicou que o Seminário ocorre em
173 2 dias e é ofertado pelo SER-DH. No evento é ensinado, entre outros assuntos, como fazer
174 denúncia de violação de Direitos Humanos na ferramenta disponível pelo SER-DH. Propôs
175 a participação de ao menos uma(um) empregada(o) pública(o) por setor, os coordenadores
176 de Comissões Sede e Subsedes e as(os) Conselheiras(os). O Conselheiro Reinaldo Júnior
177 sugeriu marcar para março/2021 pensando na divulgação do evento e garantia da
178 participação dos públicos propostos pela Conselheira Liliane Martins, tendo em vista a
179 importância do trabalho da plataforma. A Conselheira Liliane Martins levará a proposta para
180 o SER-DH. O Conselheiro Rodrigo Padrini solicitou a aprovação da data e a garantia da
181 participação dos representantes, mantendo a realização em 2 dias, conforme proposto pelo
182 SER-DH. A Conselheira Lourdes Machado sugeriu organizar um fluxo de participação
183 das(os) empregadas(os) públicas(os). Perguntou sobre a necessidade de participação
184 da(o) Conselheira(o) nos dois dias. A Conselheira Evely Capdeville indagou se os módulos
185 são independentes e se teria como adequar a formação à realidade do CRP-MG, pensando
186 na participação de pessoas que poderão ser multiplicadores. A Conselheira Liliane Martins
187 explicou que para ter o certificado é necessário participar dos 2 dias. Sugeriu a realização
188 em 2 sextas-feiras para facilitar a participação. O Conselheiro Reinaldo Júnior propôs caso
189 não seja possível ao SER-DH acatar a sugestão, que possa viabilizar a realização em 2
190 dias consecutivos. **Deliberação**: O XVI Plenário aprovou por 16 votos favoráveis a
191 realização do evento em Abril/2021 e desmembrar em duas sextas-feiras. Solicitação da
192 SBRASH: O Conselheiro João Henrique informou que a Sociedade Brasileira de Estudos
193 em Sexualidade Humana/SBRASH, através do Psicólogo Rodrigo Torres, entrou em
194 contato para levantar a pauta sobre a implementação do Título de Especialista em Terapia
195 Sexual ou nome congênera. O pedido foi para fazer a sensibilização nos CRPs para levar a
196 discussão para a APAF. O Conselheiro João Henrique acolheu a demanda para ouvir a
197 opinião da Plenária. O Conselheiro Reinaldo Júnior ressaltou que é o primeiro contato para
198 apropriação do caso. Neste sentido, sugeriu a discussão nas Comissões de Orientação em
199 Psicologia e Clínica e de Psicologia, Diversidade Sexual e Gênero e apresentação de
200 proposta para o Plenário de algo mais sistematizado e organizado. A Conselheira Lourdes
201 Machado manifestou-se de acordo com a proposta do Conselheiro Reinaldo Júnior. A
202 Conselheira Evely Najjar sugeriu buscar entender melhor o significado de terapia sexual. O
203 Conselheiro João Henrique informou que fez o questionamento ao psicólogo Rodrigo
204 Torres sobre a diferença entre terapia sexual e a especialidade em clínica. **Deliberação**: O
205 XVI Plenário deliberou por encaminhar para as Comissões de Orientação em Psicologia e
206 Clínica e de Psicologia, Diversidade Sexual e Gênero para análise e discussão da
207 demanda e retorno em Reunião Plenária. G.T. Cannabis Terapêutica - Enquete sobre
208 cannabis aplicada a(o)s Psicóloga(o)s mineira(o)s: O Conselheiro Anderson Matos
209 informou que o GT Cannabis Terapêutica teve o seu primeiro produto com a elaboração de
210 uma enquete sobre cannabis aplicada à(aos) psicólogas(os) mineiras(os). Pretende
211 divulgar à categoria no mês de fevereiro/2021 e deixar disponível por 2 meses para
212 resposta. Posteriormente o GT elaborará um parecer a partir dos dados da enquete. O
213 Conselheiro Anderson Matos informou que os trabalhos do GT se estenderão até
214 maio/2021. A Conselheira Elza Lobosque informou que a enquete passou por dois pilotos.
215 A Conselheira Paula Khoury sugeriu aprovar a enquete pelo Plenário. O Conselheiro
216 Reinaldo Júnior ponderou que o GT tem liberdade de dar andamento com a enquete. A

217 Conselheira Lourdes Machado sugeriu levar para as Comissões de Orientação em Saúde
218 Mental, Álcool e outras Drogas e de Psicologia na Saúde. Sugeriu ainda, disponibilizar no
219 grupo do Plenário por dois dias para ciência das(os) Conselheiras(os). **Deliberação:** O XVI
220 Plenário aprovou o envio da enquete para divulgação à categoria pelo setor de
221 Comunicação. Sugestão de vacinação para a categoria no prédio da Sede: A Conselheira
222 Renata Miranda informou que algumas psicólogas sugeriram promover a vacinação para a
223 categoria no prédio da Sede. Em sua opinião tem muitos impeditivos para que ocorra a
224 vacinação e se sentiu contemplada com a fala da Conselheira Lourdes Machado de que o
225 Estado irá seguir as fases da vacinação do Governo Federal e o fato do CRP-MG não ter
226 competência para promover tal vacinação. Substituição de Conselheira Referência na
227 Comissão de Orientação em Psicologia e Relações Étnico-Raciais: A Conselheira Suellen
228 Fraga informou que a Comissão de Orientação em Psicologia e Relações Étnico-Raciais
229 existe desde 2017 com uma coordenação pela Colaboradora Thalita Rodrigues. Na gestão
230 passada as(os) Conselheiras(os) Referência eram o psicólogo Filipe de Mello e a
231 psicóloga Dalcira Ferrão. A Conselheira Suellen Fraga informou que nesta gestão assumiu
232 a referência da Comissão. Relatou que como está atuando junto à Comissão de Psicologia
233 e Juventudes e junto à Comissão de Comunicação ficou sem disponibilidade de continuar
234 na referência da Comissão de Orientação em Psicologia e Relações Étnico-Raciais.
235 Elucidou que em outubro/2020 a Colaboradora Dalcira Ferrão começou a acompanhar
236 mais ativamente a Comissão com a licença da Colaboradora Thalita Rodrigues. No
237 momento a Comissão está promovendo reuniões com as coordenações das Subsedes e
238 desenvolvendo ações conjuntas. Sugeriu às Conselheiras das Subsedes acompanharem o
239 trabalho da Comissão em suas regiões. Solicitou a alteração de seu nome na Referência
240 para atuar mais ativamente na Comissão de Psicologia e Juventudes. Por fim, informou
241 que a Conselheira Larissa Borges havia demonstrado interesse em assumir a
242 coordenação. Ela já participa das reuniões da Comissão. Solicitou ao Plenário referendar o
243 nome da Conselheira na coordenação. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 9 votos
244 favoráveis a indicação da Conselheira Larissa Borges como Conselheira Referência da
245 Comissão de Orientação em Psicologia e Relações Étnico-Raciais. Comissão da Retomada
246 Política: A Conselheira Renata Miranda informou que a Comissão de Retomada Política
247 não vem realizando reuniões e justificou que o momento atual com a alta dos números da
248 Covid-19 em Minas Gerais não é propício para o retorno das atividades presenciais.
249 Ressaltou que a Assessora de Gestão de Pessoas Taimara Spinelli está acompanhando
250 semanalmente as informações do Minas Consciente e repassando às(aos) empregadas(os)
251 públicas(os) e Conselheiras(os). Explicou que teve um início de retomada, mas com as
252 mudanças de dados epidemiológicos retornou-se às atividades remotas. O Conselheiro
253 Reinaldo Júnior perguntou se está sendo pensada em uma agenda em médio prazo. A
254 Conselheira Renata Miranda explicou que houve um piora muito grande, tornando inviável
255 pensar em retomada política. A Conselheira Cristiane Nogueira informou que o Governo
256 lançou a 3ª fase do Minas Consciente alterando as regras. O município que estiver na onda
257 amarela ou vermelha não trabalhará mais na lógica de funcionamento apenas dos serviços
258 essenciais, mas deverá manter a fiscalização e a restrição das aglomerações. Será
259 necessário verificar o que fazer com esta nova lógica do Governo do Estado. O
260 Conselheiro Reinaldo Júnior avaliou que nesta nova perspectiva sugere que o CRP-MG
261 rompa com o Minas Consciente enquanto referência para retomada. O Conselheiro
262 Fabrício Ribeiro ponderou que o Minas Consciente está se orientando com outros aspectos
263 como o econômico e deixando de lado a questão epidemiológica. A Conselheira Lourdes
264 Machado reforçou que o Brasil não está tendo critérios de biossegurança no contato com
265 pacientes contaminados com a nova cepa verificada em Manaus. Lembrou que os maiores
266 CRPs estão fechados. O Conselheiro Luis Henrique manifestou-se contrário à troca do
267 parâmetro. Analisou que tem um peso político muito grande a partir da flexibilização do
268 Minas Consciente. Alegou que está difícil defender para a categoria o porquê de o CRP
269 ainda estar fechado. A Conselheira Lourdes Machado reforçou que a flexibilização deverá
270 ser pensada e sugeriu aguardar a definição da Comissão. A Conselheira Paula Houry

271 ponderou que não há um parâmetro institucional porque cada Conselheira(o) tem uma
272 convicção e não há uma definição sobre retornar ou não as atividades. Sugeriu consultar
273 outros Conselhos sobre a retomada. A Conselheira Renata Miranda relatou que não tinha
274 conhecimento da fase 3 do Minas Consciente e reforçou que até o momento não houve
275 mudanças devido aos números da doença no Estado. Avaliou que nesta pandemia foi
276 necessário recuar de acordo com os dados epidemiológicos apresentados no período.
277 Defendeu que esta nova informação deve ser melhor discutida pela Comissão e levar para
278 o grupo do Plenário para decisão. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou manter o
279 acompanhamento dos dados do Minas Consciente e quando houver melhora destes dados
280 retomar para o Plenário. Comissão da Retomada de Atividades: A Conselheira Lourdes
281 Machado sugeriu o mesmo encaminhamento feito para a Comissão da Retomada Política
282 em relação à Comissão de Retomada das Atividades de aguardar a discussão pela
283 Comissão e trazer para o grupo da Plenária. GT para elaboração de Resolução para
284 padronização das publicações do CRP-MG: A Conselheira Elza Lobosque informe que não
285 ocorreu reunião do GT para elaboração de Resolução para padronização das publicações
286 do CRP-MG. A Conselheira Lourdes Machado sugeriu pautar novamente na próxima
287 Plenária. GT para transição do convênio da Unimed-MG para o PSIND-MG: A Conselheira
288 Lourdes Machado sugeriu pautar na próxima reunião Plenária, devido à ausência de
289 representantes do GT que pudessem informar o andamento do trabalho. Central de
290 Serviços: O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que ele, a Conselheira Camila Leite e o
291 Conselheiro Rodrigo Padrini compõem a Comissão para implantação da Central de
292 Serviços. Explicou que houve uma desarticulação após o piloto que estava sendo feito.
293 Sugeriu reestruturar o trabalho feito pela Comissão. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou
294 a realização de reunião da Comissão e pautar na próxima reunião Plenária. Nada mais
295 havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Evely Najjar Capdeville, lavrei a presente ata
296 que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes. Belo
297 Horizonte, 30 de janeiro de 2021.

